

CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO CURSO DE PSICOPEDAGOGIA A RESPEITO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Karina Perez Guimarães
Eliane Giachetto Saravali

RESUMO

Neste trabalho apresentamos um recorte de uma pesquisa que investiga as idéias e concepções de psicopedagogos e pedagogos em relação às dificuldades de aprendizagem. Analisamos aqui as respostas de estudantes dos cursos de Psicopedagogia de instituições particulares do interior do estado de São Paulo e Minas Gerais. Foram selecionados aleatoriamente estudantes que estavam no início, no meio e no final do curso de especialização, totalizando 52 sujeitos participantes da pesquisa. Todos os sujeitos responderam a um questionário contendo nove questões discursivas. Apresentaremos aqui os dados referentes a três delas: 1) O que é dificuldade de aprendizagem; 2) Em que momento você julga necessário encaminhar um aluno para atendimento especializado? 3) Você já encontrou em sua prática alunos com dificuldades de aprendizagem? Se sim, emita um parecer sobre uma criança, seu aluno, que apresentou dificuldade. Se não, explique hipoteticamente. Os dados obtidos a partir das respostas foram categorizados segundo a análise de conteúdo e análise estatística simples. Os principais resultados indicam que 56% dos futuros psicopedagogos acreditam que a dificuldade de aprendizagem refere-se sempre e somente a uma incapacidade do sujeito que não aprende; 46% sentem-se incapazes diante do quadro de um aluno que não aprende e não sabem intervir, necessitando recorrer a atendimentos especializados e 33% descrevem alunos com dificuldades de aprendizagem como aqueles que possuem problemas relacionados aos conteúdos abordados em sala de aula, principalmente matemática e leitura e escrita. Estes dados iniciais apresentam as idéias e concepções que futuros profissionais têm e chamam a atenção para a importância da discussão destes temas nos cursos de formação de psicopedagogos.

PALAVRAS-CHAVE

Concepções de psicopedagogos; Dificuldades de aprendizagem; Psicopedagogia

CONCEPTIONS REGARDING LEARNING DIFFICULTIES FROM STUDENTS IN THE PSYCHOPEDAGOGY COURSE

ABSTRACT

In this paper we present a part of research which investigates the ideas and conceptions of psychopedagogues and pedagogues in relation to learning difficulties. Here we analyze the answers of students in psychopedagogy courses from private institutions in the States of São Paulo and Minas Gerais, Brazil. Students who were in the beginning, middle and end of a specialization course were chosen at random, giving a total of 52 participants in the research. All participants answered a questionnaire with nine essay questions. Here we present data regarding three of them: 1) What is a learning difficulty? 2) At what moment do you judge it necessary to direct a student to specialized attention? 3) Have you already met students with learning difficulties in your teaching practice? If yes, give your opinion regarding the child, your student, that presented difficulties. If not, give a hypothetical explanation. Data obtained from the responses were categorized according to content analysis and simple statistical analysis. The principal results indicated that 56% of future psychopedagogues believe that learning difficulties refer always and only to the incapacity of the subject who doesn't learn; 46% feel incapable in the face of a situation of a student who doesn't learn and they don't know how to intervene, requiring that they resort to specialized attention; and 33% describe students with learning difficulties as those that have problems related to the content worked with in the classroom, principally mathematics and reading and writing. This initial data presents the ideas and concepts that future professionals have and highlights the importance of discussing these themes in Psychopedagogy courses.

KEYWORDS

Conceptions of psychopedagogues; Learning difficulties; Psychopedagogy

Estudar e pesquisar a respeito do termo dificuldades de aprendizagem não é tarefa fácil nos tempos atuais. As caracterizações mais usuais trazem consigo uma série de atributos que acabam ampliando o campo de definição. Assim, observa-se que a definição de dificuldades de aprendizagem pode variar de país para país e de autor para autor.

Dentro dessa variedade terminológica, há autores que buscam uma separação entre o que seria denominado problema, dificuldade ou distúrbio de aprendizagem. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Passeri (2003) e Osti (2004). Neles, as autoras apontam que o termo distúrbio de aprendizagem refere-se mais a comprometimentos neurológicos e que o termo dificuldade de aprendizagem trataria mais de problemas na área acadêmica, decorrentes de fatores internos ou externos ao indivíduo. Segundo Passeri "este segundo termo é mais genérico, portanto, e envolve os termos "dificuldade escolar" e "problemas de aprendizagem" (2003, p.29).

No entanto, essa perspectiva não se confirma em várias outras obras nas quais, muitas vezes, estes termos são tratados como sinônimos, é o caso, por exemplo, do trabalho de Smith e Strick (2001). Uma das poucas certezas que podemos ter em relação a estas definições é que as crianças com dificuldades de aprendizagem não apresentam baixa inteligência, mas sim problemas específicos para aprender. Essa caracterização foi apresentada à comunidade científica por Samuel Kirk considerado, atualmente, o pai das dificuldades de aprendizagem. Todavia, cumpre destacar que ao definir o termo, o autor apontava que tais problemas eram provocados, especialmente, por desordens internas ou fatores intrínsecos aos indivíduos.

Apesar de tentar buscar uma certa concordância para o termo dificuldades de aprendizagem (DA) parecer tarefa complicada, é crescente o número de crianças encaminhadas e/ou precocemente diagnosticadas como portadores de DA. O estudo de Ciasca (2000) nos ajuda a confirmar essas idéias: em trabalho com crianças encaminhadas para o ambulatório de distúrbios de aprendizagem da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, a autora constatou que a grande maioria dos sujeitos, encaminhados por suas escolas e famílias, ao ser avaliada pela equipe do hospital, não apresentava comprometimento cognitivo, perceptivo ou neurológico, ou seja, não apresentava desordens intrínsecas, como querem muitas vezes as queixas retratadas nos encaminhamentos. Há também o trabalho de Saravali (2005) que constatou que os professores indicam, facilmente, no mínimo 20% dos seus alunos como tendo dificuldades de aprendizagem. Essas observações também são por nós

constantemente constatadas ao longo de nossa prática no trabalho de supervisão das disciplinas de estágio curricular no curso de Psicopedagogia.

Diante desse quadro, podemos perguntar: o que vêm acontecendo com nossas crianças? Que tipo de epidemia é essa que contagia tantos alunos? Qual o papel dos profissionais que lidam diretamente com estas questões?

Nesse trabalho, buscamos apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa a respeito das concepções que futuros psicopedagogos têm sobre as dificuldades de aprendizagem. Os dados analisados até o presente momento referem-se a três questões: 1) O que é dificuldade de aprendizagem? 2) Em que momento você julga necessário encaminhar um aluno para atendimento especializado? e 3) Você já encontrou em sua prática alunos com dificuldade de aprendizagem? Se sim, emita um parecer sobre uma criança, seu aluno, que apresentou dificuldade. Se não, explique hipoteticamente.

Nosso objetivo é discutir, a partir das concepções apresentadas, a importância do conhecimento e da investigação de questões relacionadas ao não aprender, sobretudo, por parte dos profissionais que vão lidar diretamente com essas crianças.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O termo dificuldade de aprendizagem não é recente e há uma evolução histórica que caracteriza múltiplas influências que os estudos e pesquisas nessa área sofrem. Conforme apresentado em Saravali (2005), essas diferentes perspectivas ora apontam para tendências médicas e orgânicas, ora para tendências psicológicas e pedagógicas sem, no entanto, haver consenso sobre o que caracteriza uma dificuldade de aprendizagem.

“... as teorias das dificuldades de aprendizagem são controversas, conceitualmente confusas e raramente apresentam dados de aplicação educacional imediata. Mesmo com uma grande panorâmica e com um grande potencial de investigação, as teorias das DA continuam a ser muito complexas e muito pouco consistentes”(FONSECA, 1995, p.57-58).

Na atualidade, esse panorama não sofreu grandes transformações, mas podemos considerar uma definição bastante aceita datada de 1988 pelo National Joint Committee on Learning Disabilities. Segundo Sisto (2001) essa definição se caracteriza da seguinte forma:

- 1) Problemas nas condutas auto-reguladoras da percepção ou interação social, como por exemplo, déficits de atenção e hiperatividade, (apesar de outros autores discordarem) não constituem uma DA, embora possam ser sintomas de pessoas com DA;
- 2) DA não se caracterizam por problemas como deficiências sensoriais, retardo mental, transtorno emocional, condições culturais, ensino inadequado ou insuficiente. Entretanto, pode haver coocorrências destes problemas com as DA e “também não se discute que essas condições produzem dificuldades de aprendizagem” (Sisto, 2001, p.13);
- 3) Dificuldade de aprendizagem corresponde a dificuldades intrínsecas ao indivíduo supostamente devido a uma disfunção do sistema nervoso central e estão baseadas em estudos neuropsicológicos e genéticos;
- 4) Em qualquer idade é possível uma pessoa manifestar DA, indicando que este problema pode ser um desafio vitalício.

Assim, poder-se-ia definir que o termo dificuldades de aprendizagem engloba um grupo heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldades em leitura, escrita, soletração e cálculo, em pessoas com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais. Geralmente não ocorre em todas essas áreas de uma só vez e pode estar relacionada a problemas de comunicação, atenção, memória, raciocínio, coordenação, adaptação social e problemas emocionais (SISTO, 2001). O indivíduo com DA não possui rebaixamento de QI, indicando aquilo que muitos autores chamam de conduta discrepante acentuada entre o potencial para a aprendizagem e o desempenho acadêmico.

Conforme Sisto (2001), as coocorrências precisam ser investigadas e merecem especial atenção daqueles que lidam com os indivíduos com dificuldades de aprendizagem. Smith e Strick (2001) apontam que:

“... o termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos dessas crianças *freqüentemente são complicados, até certo ponto, por seus ambientes doméstico e escolar*” (grifo nosso, p.15).

Para estas autoras, embora supostamente as dificuldades de aprendizagem tenham uma base biológica, o ambiente da criança, familiar e escolar, determinam a gravidade do impacto da dificuldade.

Todavia, embora muitos autores considerem essa definição como a mais completa, não acreditamos que o uso abundante do termo em escolas e por docentes esteja enquadrado nos aspectos previstos pelo Comitê Internacional em questão, fato esse que, se assim o fosse, significaria o caos em relação à possibilidade de aprender dos nossos estudantes, dada a enorme quantidade de queixas em relação às dificuldades de aprendizagem discentes.

Nesse sentido, concordamos com a posição de Fonseca (1995) que para definirmos ou mesmo pensarmos em dificuldades de aprendizagem devemos adotar uma postura interacional e dialética, ou seja, procurar integrar os déficits no indivíduo, na escola, família e outros pois “... as condições internas (neurobiológicas) e as condições externas (sócio-culturais) desempenham funções dialéticas (psicoemocionais) que estão em jogo na aprendizagem humana.” (1995, p.12).

Dessa forma, o ambiente escolar também pode ser ou não estimulante, oferecendo ou não as oportunidades apropriadas para a aprendizagem.

“A fim de obterem progresso intelectual, as crianças devem não apenas estarem prontas e serem capazes de aprender, mas também devem ter oportunidades apropriadas de aprendizagem. Se o sistema educacional não oferece isso, os alunos talvez nunca possam desenvolver sua faixa plena de capacidades, tornando-se efetivamente ‘deficientes’, embora nada haja de fisicamente errado com eles [...] A verdade é que muitos alunos fracos são vítimas da incapacidade de suas escolas para ajustarem-se às diferenças individuais e culturais” (SMITH e STRICK., 2001, p.33-34).

É nesse sentido que gostaríamos de salientar aquilo que definimos como perspectiva construtivista das dificuldades de aprendizagem (SARAVALI, 2005). Em nossa experiência cotidiana de formadores de professores e de psicopedagogos e também na prática clínica, ficamos preocupados com a quantidade de crianças que são colocadas às margens do sistema de ensino, já definidas como incapazes de aprender. Por isso, abordaremos aqui o que consideramos aspectos essenciais dessa abordagem construtivista.

Assumindo a perspectiva interacionista-construtivista de Jean Piaget (1896-1980), os adeptos desta visão identificam os problemas de aprendizagem como resultantes de falhas no processo de relação do sujeito com o meio, pressuposto básico do interacionismo-construtivista. Dessa forma, a pergunta que esses autores querem responder, ao se depararem

com crianças que não aprendem é “o que ocorre com as crianças que não atuam sobre o meio, por serem impedidas, ou atuam pouco?” (DOLLE e BELLANO, 1996, p.9). Ramozzi-Chiarottino, que realiza pesquisas nesse enfoque explica:

“Depois de vários anos de observação do comportamento da criança em situação natural, chegamos à conclusão de que os distúrbios de aprendizagem são determinados por deficiências no aspecto endógeno do processo da cognição e de que a natureza de tais deficiências depende do meio no qual a criança vive e de suas possibilidades de ação neste meio, ou seja, depende das trocas do organismo com o meio, num período crítico de zero a sete anos.” (1994, p.83).

Assim, para esta autora há uma causa orgânica para as DA parcialmente determinada pelo ambiente e possível de remediação. Nos estudos e pesquisas que vem realizando na USP, Ramozzi-Chiarottino (1994) apresenta características e problemas específicos no processo de interação com o meio e na estruturação do real, que as crianças com dificuldades de aprendizagem apresentam.

Os psicopedagogos e demais interessados na questão das dificuldades de aprendizagem necessitam conhecer este referencial que, ao contrário do que Fonseca (1995) afirma sobre outras perspectivas, possui aplicação educacional imediata. Nesse sentido, Ramozzi-Chiarottino (1994) apresenta formas de intervenção conforme as características dos problemas apresentados pelas crianças. Essas intervenções baseiam-se em: construção de esquemas motores e ação/reflexão sobre o meio, observação e experimentação sobre a natureza, construção de representação e construção de estruturas do pensamento.

A respeito desta última intervenção, é importante destacar que diferentes pesquisas, baseadas nesse pressuposto, alcançaram bons resultados com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem. É caso dos trabalhos de Brenelli (1996, 2002), Zaia, (1996), Guimarães (1998, 2004), Fini (2002), Souza (1996). Os resultados destas pesquisas apontam que alunos com queixa de dificuldade de aprendizagem, quando têm a oportunidade de interagir com um meio profícuo e solicitador, que os auxilie na construção de suas estruturas da inteligência, apresentam significativa melhora em seu desempenho escolar.

Os trabalhos que adotam esta perspectiva indicam que aqueles que lidam com as crianças em situações de aprendizagem, necessitam estar atentos ao que está ocorrendo com seus alunos. Portanto, é preciso sim investigar por que as crianças não aprendem, mas, sobretudo, quais são os meios que a escola pode se valer para minimizar as condições de

fracasso que são impostas a estes alunos. Assim, é sempre bom refletir sobre as razões que levam a escola ao encaminhamento em comparação com as intervenções que conseguem resultados positivos em situações de pesquisa. Qual o papel dos profissionais que lidam diretamente com essas crianças? Como vêm estas questões e quais as formas de intervenção que julgam necessárias e importantes de serem feitas?

Os psicopedagogos são profissionais que lidarão com o processo de aprendizagem, objeto de estudo da psicopedagogia. Segundo Macedo (1992): “a psicopedagogia é necessária sempre que se puder, se quiser e se precisar considerar características psicológicas do sujeito que aprende, além de outras especificamente pedagógicas ou educacionais” (p.123).

A formação do psicopedagogo em nosso país tem sido feita, em sua maioria, em cursos de especialização de 360 horas. Essa formação não pode prescindir de estudo teórico e prático que fundamente as ações deste profissional ao lidar com a aprendizagem seja na escola, na clínica ou em hospitais, tanto num nível remediativo como preventivo. Como hoje percebemos uma epidemia latente proveniente dos inúmeros encaminhamentos oriundos da escola e dos docentes, é de se esperar que o psicopedagogo, pela própria especificidade da formação, tenha uma visão e postura diferentes, a começar, por exemplo, pela avaliação de um aluno que não aprende. O próprio código de ética da psicopedagogia ressalta em seu artigo quinto que é dever do psicopedagogo “promover a aprendizagem, garantindo o bem-estar das pessoas...” Portanto, cabe a esse profissional a investigação e busca constantes sobre razões e intervenções possíveis quando a aprendizagem não caminha bem e isso necessariamente implica em uma formação diferenciada. Fica, portanto, uma reflexão: será que nossos cursos de Psicopedagogia estão preparados para qualificarem seus alunos? Será que os futuros psicopedagogos estão sendo preparados no intuito de realmente intervirem nessas questões envolvendo a aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem tão disseminadas e incompreendidas no meio escolar?

Nesse sentido, os dados que apresentaremos a seguir procuram clarificar as idéias que estes profissionais, futuros psicopedagogos, têm a respeito das dificuldades de aprendizagem e conseqüentemente das crianças que não aprendem. Entendemos que essa compreensão é importante na medida em que suas concepções influenciarão as decisões que tomarão em suas atividades profissionais.

A PESQUISA - CONVERSANDO COM FUTUROS PSICOPEDAGOGOS

Nosso estudo baseia-se no trabalho de Osti (2004) que caracterizou o termo dificuldade de aprendizagem na concepção de 30 professores do ensino fundamental da rede pública do interior do estado de São Paulo.

A autora se valeu de uma entrevista semi estruturada e da análise estatística das respostas. Os resultados obtidos demonstraram que os professores apresentam uma visão parcial do que seja a dificuldade de aprendizagem, atribuindo a responsabilidade ou a causa do problema em questão à família ou ao próprio aluno. Segundo Osti, os sujeitos não foram capazes de considerar a correspondência entre a metodologia, a relação do professor e sua prática com a dificuldade do aluno.

Tomando por referência o instrumento utilizado por Osti, trabalhamos com 52 alunos de cursos de psicopedagogia em nível de especialização lato sensu de cidades do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Destes 52 alunos, 14 eram ingressantes, 20 estavam exatamente no meio do curso de especialização e 18 eram concluintes. Como não foram encontradas diferenças significativas nas respostas dos sujeitos em relação ao tempo que tinham de curso, os dados serão apresentados conjuntamente.

Os alunos eram convidados a responder por escrito a um questionário que continha 9 questões referentes à aprendizagem e à dificuldade de aprendizagem, além de dados sobre a formação profissional, tempo de experiência etc. A graduação destes estudantes concentrava-se no curso de pedagogia, conforme pode ser visto na Tabela I a seguir:

Tabela 1 – Graduação dos sujeitos

CURSO	QUANTIDADE ¹
Pedagogia	31
Outras Licenciaturas	15
Psicologia	2
Outros Cursos	5

¹ Um aluno tem formação em dois cursos diferentes.

Nossos resultados foram, em alguns aspectos, semelhantes aos obtidos por Osti (2004). No entanto, como nosso estudo foi realizado com psicopedagogos, algumas diferenças foram observadas, sobretudo em relação às categorias das respostas obtidas, razão pela qual apresentaremos nossos resultados sem compará-los diretamente com aqueles obtidos no trabalho de referência de Osti (2004).

No presente artigo, analisaremos somente três perguntas do instrumento aplicado. A análise das respostas foi realizada conforme a metodologia da Análise de Conteúdo proposta e sistematizada por Bardin (1977); a quantificação destas respostas sofreu análise estatística simples.

A primeira pergunta analisada foi formulada da seguinte maneira: “O que é dificuldade de aprendizagem?” Foram encontradas cinco categorias.

Na primeira categoria, estão explicações que identificam as dificuldades de aprendizagem como problemas inerentes aos alunos tais como bloqueios, desordens, desinteresse, incapacidade, falta de concentração etc. Aqui também foram reunidas as respostas que não necessariamente se relacionam a questões envolvendo a aprendizagem, mas como são explicações que ainda se concentram em problemas que o aluno possui, foram consideradas dessa categoria, é o caso, por exemplo, de aspectos relacionados à indisciplina e agressividade. Vejamos alguns exemplos: *“É algum problema que pode ser psicológico ou biológico que atrapalha a aprendizagem”*² *“Se dá quando o indivíduo demora mais tempo do que os demais na aprendizagem de um conteúdo”* *“Barreiras, bloqueios, interrupções de etapas que a impedem de desenvolver o processo de aprendizagem.”* *“Dificuldade de aprendizagem pode ser definida como uma restrição, ou talvez pouca habilidade, ou um ritmo muito mais lento, do que de todas as outras crianças, que por alguma dificuldade: - déficit de atenção, problemas de psicomotricidade, etc... não aprendem.”* *“Dificuldade de aprendizagem é um conjunto de problemas no qual a criança não consegue aprender. Ex: hiperatividade, desnutrição.”*

Na categoria II, encontram-se as definições que apenas explicam a dificuldade como uma resposta inadequada que o aluno emite àquilo que a escola solicita, mas sem justificar ou atribuir uma explicação causal. Por exemplo: *“É quando a criança deixa de desenvolver as*

² Todas as respostas foram transcritas aqui exatamente como escritas pelos sujeitos.

atividades propostas.” “Acredito que esse termo seja usado quando o aluno não atinge o conhecimento que o seu professor estaria desejando naquele momento e daquela forma.” “A dificuldade de aprendizagem é quando não se integra ao meio escolar...”

Na categoria III, com apenas 6 respostas, estão aquelas que elencam questões pedagógicas como possíveis causadoras de dificuldades de aprendizagem. Por exemplo: *“Dificuldade de aprendizagem é não enxergar de forma prática uma atividade, ou seja, o professor não trabalhar com o concreto, faz com que a criança crie uma barreira em torno de sua aprendizagem.” “Falta de estímulo que provoca o desinteresse.”*

Na categoria IV estão as respostas que remetem ao desenvolvimento da criança como algo que precisa ser solicitado. Dessa forma, quando esse desenvolvimento não ocorre em suas funções plenas, a criança pode apresentar problemas para aprender. Vejamos algumas respostas: *“É quando a criança encontra certas dificuldades no seu desenvolvimento cognitivo. Às vezes ela não aprende não é porque não quer, é porque a criança não consegue passar da fase pré-operatória para operatória. Às vezes ela sabe outras não isto ocorre porque ela está na transição.” “Não consigo atribuir veracidade ao termo 'dificuldade de aprendizagem' acredito sim no respeito às fases cognitivas da criança e como atuar para identificação destas fases e interagir de maneira ao seu crescimento, alavancando possibilidades de maiores conhecimentos.”*

Na última categoria encontram-se respostas que consideramos tautológicas ou redundantes, isto é, que apenas repetem a informação contida na pergunta, sem oferecer dados novos, é caso de: *“É ter dificuldade de compreender o processo de ensino-aprendizagem...” “Acho que é a não aprendizagem” “Dificuldade de não compreender algo”*. Além destas respostas, encontra-se aqui também 1 sujeito que não respondeu à questão.

A tabela a seguir mostra os resultados referentes à questão 1.

Tabela 2 – Respostas referentes à questão 1.

Categorias	Quantidade de Respostas	Percentual (%)
I	29	56
II	14	27
III	6	12
IV	3	6
V	8	15
Total	60	**

Observamos nessa primeira questão que identificar as dificuldades como problemas específicos e inerentes aos alunos é a resposta dada por 56% dos sujeitos, sendo quem em várias respostas observamos o uso de terminologias recorrentes atualmente, tais como hiperatividade, déficit, dislexia etc. Somente 6 sujeitos chegam a relacionar aspectos pedagógicos com as DA, questionando a atuação docente e 6% dos entrevistados consideram problemas no desenvolvimento cognitivo como geradores de dificuldades.

A questão da atribuição de rótulos e da ênfase aos fatores intrínsecos aos alunos, como querem algumas correntes e autores que trabalham com dificuldades de aprendizagem, é algo que nos preocupa bastante, sobretudo quando observamos esse tipo de resposta em alunos que pretendem ser psicopedagogos. Essa é uma explicação simples que pode e vem sendo dada rapidamente, tornando o aluno o maior responsável pela não aprendizagem. Não seriam justamente esses profissionais, que estão se especializando em psicopedagogia, que deveriam ter um olhar crítico que evitasse toda e qualquer rotulação prévia? Não seria interessante que esses alunos soubessem pelo menos equilibrar em suas respostas a existência de fatores externos e internos e, inclusive, questionassem ou refletissem sobre o papel da escola nesse processo? Nesse sentido cabe uma reflexão interessante, pois 27% acreditam que dificuldade de aprendizagem ocorre quando o aluno não responde ao que a escola pede. Em que medida isso faz algum sentido? O que significa não acompanhar a escola ou na expressão de um dos sujeitos "não se integrar ao meio escolar?" Isso seria realmente uma dificuldade de aprendizagem?

* O valor percentual resultante é maior que 100%, assim como o número de respostas é superior a 52 porque há sujeitos que emitem respostas cujo conteúdo concentra-se em várias categorias simultaneamente.

A segunda pergunta que discutiremos aqui foi apresentada aos sujeitos dessa forma: “Em que momento você julga necessário encaminhar um aluno para atendimento especializado?” Foram encontradas quatro categorias de respostas.

Na categoria I enquadram-se as respostas que retratam o sentimento de incapacidade diante da dificuldade, ou seja, os sujeitos referem-se à impotência que sentem diante do quadro e às inúmeras tentativas fracassadas de intervenção. Nesse sentido, os encaminhamentos são sugeridos na medida em que as próprias ações são consideradas ineficazes ou ações novas não são vislumbradas. Alguns exemplos: *“No momento em que eu como profissional me sinto ‘incapaz’ ou impotente, às vezes chegou no limite da minha capacidade de fazer algo a mais.” “... quando o aluno não avança em hipótese alguma mesmo o professor lançando mão de todos os métodos.” “Quando, depois de ter feito inúmeras tentativas em prol do avanço de suas dificuldades, percebo nenhum ou avanço pouco significativo” “Quando foge do meu conhecimento, e não estou conseguindo solucionar o problema.”*

Para a categoria II foram consideradas as respostas que descreviam problemas específicos relacionados a conteúdos escolares, ou seja, quando o aluno não consegue responder às solicitações escolares, o encaminhamento se faz necessário. Alguns exemplos: *“Quando ele está com troca de letras na leitura ou escrita, não consegue interpretar o que leu...” “Quando ele troca muito as letras” “Quando tem problemas sérios com dicção e/ou escrita em uma idade em que já era para se ter superado e aprendido a forma certa.”*

Na categoria III foram consideradas respostas que identificavam a necessidade do encaminhamento classificando os problemas em função de distúrbios, questões emocionais e/ou indisciplinares. É o que nos mostra os seguintes exemplos: *“A professora chama a mãe para conversar e pede para que ela leve o seu filho para um especialista para ser diagnosticado. E descobre qual o motivo da não aprendizagem de seu filho que muitas vezes pode ser o emocional e afetivo.” “... quando a criança não se interessa por nada, não consegue se concentrar e que tenha sempre comportamentos muito agressivos.” “... quando se revolta com tudo (estudar o psicológico dele).”*

Finalizando, na categoria IV, encontram-se outros tipos de respostas que, tais como na última categoria da pergunta anterior, não possuem uma resposta direta. Nesse sentido, não há clareza sobre as razões que levariam ao atendimento especializado. São elas: *“Quando o aluno demonstra precisar de ajuda.” “Ao tentar observar a criança, fazer uma análise de*

vários parâmetros dentro da psicopedagogia, aí sim é que pode encaminhá-lo ao atendimento especializado.” “A partir do momento em que através de avaliações realizadas, for detectado, ou seja, constatado que este aluno realmente precisa de atendimento especializado.”

A tabela III a seguir mostra os resultados referentes à questão 2.

Tabela 3 – Respostas referentes à questão 2.

Categorias	Quantidade de Respostas	Percentual (%)
I	24	46
II	16	31
III	10	19
IV	7	13
TOTAL	57	*

Ao responderem sobre o momento do encaminhamento, 46% afirmam que isso é feito após inúmeras tentativas de intervenção, quando sentem que não há mais nada que podem fazer. É curioso notar que apesar da maioria classificar as dificuldades de aprendizagem como responsabilidade discente, conforme mostraram as respostas à pergunta 1, ao pensarem num encaminhamento, a maioria, primeiramente, aponta para suas próprias tentativas de ação.

É justamente sobre essa ação que devemos pensar, principalmente se considerarmos os alunos que estão no meio e no final do curso de especialização: em que medida podemos julgar as tentativas de intervenção como eficazes? Pela quantidade e pela repetição? Ou pela qualidade e fundamentação teórica que as sustentam? Nesse sentido, destacamos a resposta *"quando foge do meu conhecimento"*. Não seria essa realmente uma grande necessidade (a necessidade do conhecimento?), pensando inclusive em que medida os nossos próprios sujeitos podem avaliar suas intervenções? Chama a atenção também os dados obtidos na categoria II. Para esses sujeitos o encaminhamento é necessário quando a criança não acompanha a escola, mas não seria justamente esse o momento da escola rever sua ação? Isso se relaciona também com os dados obtidos na categoria II da questão 1.

A terceira pergunta e última a ser apresentada no presente trabalho foi assim formulada: Você já encontrou em sua prática alunos com dificuldade de aprendizagem? Se sim, emita um parecer sobre uma criança que apresentou dificuldade. Se não, explique hipoteticamente. Para esta questão foram encontradas seis categorias.

Na categoria I estão as descrições de problemas inerentes à criança, relacionados aos conteúdos abordados pela escola. Vejamos alguns relatos:

“A criança cursa a 3ª série do ensino fundamental em escola pública. A principal queixa da professora é que o aluno copia as tarefas do quadro sempre incompletas, ou seja, falta letras em algumas palavras e falta também palavras nas frases.”

“Sim, uma aluna com dificuldade na tabuada, não conseguia assimilar todas as tabuadas do 2 ao 9. Na hora de resolver as continhas de dividir apresentava muita dificuldade, ela sentia muita necessidade de estar sempre contando desde o início a tabuada ou anotando, até encontrar o resultado.”

Na categoria II estão problemas decorrentes de questões emocionais. Nestes relatos, há referências a desmotivação, desinteresse, agressividade, problemas de relacionamento interpessoal, indisciplina e questões afetivas.

“Sim, a criança era insegura não solicitava o professor em nada, suas atividades eram sempre inacabadas. Sempre dizia que não sabia fazer. Quando não conseguia rabiscava toda a folha.”

“O aluno não consegue acompanhar os conteúdos trabalhados em sala de aula, é distraído, não consegue se conter (fala muito, fica de pé). [...] Tem se relacionado mal com os colegas (empurra, bate)...”

“Esse aluno apresenta muitas dificuldades de aprendizagem e de relacionamento com os colegas, é agressivo e fica sempre sozinho. Não tem interesse pelas aulas e é muito inquieto. Não sabe escrever direito e nem copiar do quadro, até parece que ele vive no mundo da lua, é uma criança sem limites.”

Na categoria III estão os sujeitos que não responderam à questão. A maioria destes sujeitos, afirmou que não tinha experiência com alunos com dificuldades de aprendizagem. Também colocamos nessa categoria as respostas que não nos permitiram identificar elementos explicativos e mais precisos no parecer solicitado pela questão. É o caso, por exemplo, da seguinte resposta: *“Sim, com bastante dificuldade, mas com incentivo, com trabalhos com jogos lúdico e bastante intervenção, esse aluno teve um bom desempenho.”*

Na categoria IV estão as respostas que relatam problemas no aprendizado em função de questões familiares.

“Mat é uma criança que cursa a 2ª série do ensino fundamental. Problemas de ordem emocional o travam em operações matemáticas que envolvem divisões. Sua vida pessoal também é travada nas questões de divisão dos pais, separados, do amor, que não tem de ambos...”

“Sim. Essa criança tinha uma história familiar muito complicada. Foi rejeitado pelo pai, abandonado pela mãe. Essa criança foi criada pela vó [...] Esse menino era violentado pelo tio. Então seu comportamento era muito agressivo, não tinha amigos e não fazia nada.”

“Sim aquela criança que quando chega na sala de aula não consegue desenvolver nenhuma atividade, pois já traz lá de casa problemas que dificultam a sua aprendizagem, o problema com pai e mãe principalmente quando estão em processo de separação conjugal isto influencia muito na aprendizagem da criança.”

Na categoria V estão os problemas inerentes ao aluno, mas com definições mais precisas, normalmente relacionadas a distúrbios ou outras desordens. Nessas respostas há identificações de termos como dislexia, discalculia, hiperatividade etc.

“A criança é desnutrida não tem vontade de fazer nada.”

“Criança apresenta dificuldade de aprendizagem significativa, déficit de atenção e concentração...”

“Sim. A criança apresenta problemas neurológicos...”

Finalmente, na categoria VI aparecem referências a problemas de ordem pedagógica. Por exemplo:

“O meu trabalho é com alunos de maternal, por isso não tenho experiência, mas através dos estágios percebo que os alunos com dificuldade de aprendizagem, muitas vezes são aqueles alunos rotulados, que os professores pouco se esforçam para auxiliá-los, pois já não tem jeito. Muitas vezes, pelo que observo, a escola acaba criando alunos com dificuldades por não cumprirem com a sua função de ensinar e do aprender com prazer.”

“Em minha prática, vi muitos casos na aprendizagem, na maioria por grande parte dos professores não trabalharem bem (concreto) com a turma, fazendo acarretar várias dificuldades.”

A tabela IV a seguir mostra os resultados referentes à questão 3.

Tabela 4 – Respostas referentes à questão 3.

Categorias	Quantidade de Respostas	Percentual (%)
I	17	33
II	16	31
III	10	19
IV	8	15
V	6	12
VI	3	6
SOMA	60	*

A análise das respostas a esta questão nos remete a alguns aspectos importantes. Novamente é grande o percentual de respostas que descrevem os problemas como inerentes às crianças, como é caso das respostas das categorias I, II e V, totalizando 39 respostas. Há ainda as 8 respostas da categoria IV que justificam os problemas de aprendizado em questões

familiares e somente 3 respostas, que compõem a última categoria, consideram questões de ordem pedagógica ao relatarem casos de não aprendizagem.

Se considerarmos que das 10 respostas da categoria III somente 5 respondem não à questão justificando o desconhecimento pela falta de experiência e de contato com crianças, podemos afirmar que dos 52 sujeitos, 47 conhecem e identificam crianças com dificuldades de aprendizagem. A partir do exposto até o momento, em função inclusive das respostas para as outras questões, poderíamos avaliar como alto o número de sujeitos que respondem sim. Na verdade, nosso grande questionamento é: não deveriam ser justamente os futuros psicopedagogos que, diante de uma pergunta dessas, relutariam em classificar tão facilmente os problemas no aprendizado? E, destaque-se, problemas estes sempre, ou em sua grande maioria, de responsabilidade dos discentes.

Os sujeitos de nossa pesquisa são em sua maioria pedagogos que atuam em sala de aula e estão cursando uma especialização em psicopedagogia. Como não encontramos diferenças significativas em relação ao tempo em que estavam frequentando o curso, podemos dizer que suas respostas caracterizam concepções que norteiam suas ações profissionais atuais, como docentes, e futuras, como psicopedagogos. Alguns aspectos merecem consideração especial e também necessitam ser analisados em conjunto com as demais respostas que correspondem ao questionário completo, portanto, temos aqui para discussão, nesse artigo, apenas resultados iniciais.

Todavia, um ponto sobre o qual gostaríamos de deixar nossas representações, também iniciais, é a respeito da facilidade com que as desordens inerentes aos próprios alunos são apontadas. Esse dado apenas confirmou nossas observações em escolas e em cursos de pedagogia e psicopedagogia. É preciso pois não nos esquecermos de que, sempre, o profissional precisa buscar a investigação das questões relacionadas a fatores externos para a não aprendizagem. O rótulo traz consequências para a criança e, estas consequências, podem não permanecer somente relacionadas ao aprender/não aprender na escola. Um destes fatores externos que nos parecem fundamentais refere-se à qualidade do ensino ministrado em nossas escolas. Considerando a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, um ensino inadequado pode gerar uma solicitação inadequada do meio e, consequentemente, inaptações em relação à aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados que apresentamos são ainda incipientes e compõem uma pesquisa mais ampla que pretende avaliar as concepções de psicopedagogos e pedagogos em relação às dificuldades de aprendizagem, termo bastante divulgado na literatura e corriqueiro nas escolas.

Apesar de haver na literatura especializada uma amplitude terminológica e uma abrangência nas definições, o termo dificuldade de aprendizagem é usual e qualificador em inúmeros encaminhamentos e apontamentos, principalmente por parte de docentes e escolas.

Diante desta epidemiologia escolar, torna-se interessante observar o que caracterizaria um aluno com dificuldades de aprendizagem sob a ótica de quem o rotula e o encaminha. Foi pensando nessas questões que iniciamos a presente pesquisa.

A formação do psicopedagogo em nível teórico e prático, essa última principalmente em relação aos estágios, para atuação tanto na clínica como na instituição, requer responsabilidade, grande sustentação teórica e rigor científico e profissional. Isso se faz necessário para que aos alunos que não aprendem seja dada sempre a chance da investigação continuada, do trabalho de intervenção fundamentado e a não rotulação prévia excludente e responsabilizante.

Acreditamos que as reflexões que propusemos, bem como outras que possam surgir, a partir das respostas emitidas ao questionário, necessitam ocorrer por parte daqueles que atuam na formação dos psicopedagogos. Na medida em que estas respostas caracterizam decisões e julgamentos que já são e/ou que poderão ser norteadores do trabalho destes profissionais, não podemos ignorá-las.

Ressaltamos, mais uma vez, que a formação teórica e prática dos futuros psicopedagogos necessita fundamentá-los, habilitá-los e ajudá-los a tornarem-se responsáveis por suas ações.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.
- BRENELLI, R. P. **O jogo como espaço para pensar**. Campinas: Papirus, 1996. 208p.
- BRENELLI, R. P. Espaço lúdico e diagnóstico em dificuldades de aprendizagem: contribuição do jogo de regras. 2. ed. SISTO, F.F. (org.). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 167-189.
- CIASCA, S.M.; ROSSINI, S.D.R. Distúrbio de aprendizagem: mudanças ou não? Correlação de dados de uma década de atendimento. **Temas sobre Desenvolvimento**. v. 8, n. 48, 2000, p. 11-6.
- DOLLE, J.; BELLANO, D. **Essas crianças que não aprendem** – diagnósticos e terapias cognitivas. Tradução: Cláudio Saltini e Lia Leme Zaia. Petrópolis: Vozes, 1996. 195p. Título original: Ces enfants Qui n'apprennent pas: diagnostic et remédiations.
- FINI, L.D.T. Aritmética no ensino fundamental: análise psicopedagógica. SISTO, F.F. (org.) **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 60-78.
- FONSECA, V. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2ª ed. rev. e aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 388p.
- GUIMARÃES, K.P. **Abstração reflexiva e construção da noção de multiplicação via jogos de regras**: em busca de relações. 1998. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GUIMARÃES, K.P. **Processos cognitivos envolvidos na construção das estruturas multiplicativas..** 2004. 197f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MACEDO, L. Para uma psicopedagogia construtivista. In ALENCAR, E. S. (org.) **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, p.121-140, 1992.
- OSTI, A. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- PASSERI, S.M.R.R. **O autoconceito e as dificuldades de aprendizagem no regime de progressão continuada**. 2003. 179f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. **Em busca do sentido da obra de Jean Piaget**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994. 118p.

SARAVALI, E.G. **Dificuldades de Aprendizagem e Interação Social** – implicações para a docência. Taubaté: Cabral, 2005. 156p.

SISTO, F. Dificuldades de Aprendizagem. In: SISTO, Fermino et al. **Dificuldades de Aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 19-39.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z** – um guia completo para pais e educadores. Tradução: Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2001. 332p. Título original: Learning Disabilities: A to Z – a parent's complete guide to learning disabilities from preschool to adulthood.

SOUZA, M. T. C. Intervenção psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, F.F. (org.) **Atuação Psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.113-126, 1996.

ZAIA, L. L. **A solicitação de meio e a construção das estruturas operatórias em crianças com dificuldades de aprendizagem**. 1996. 255f. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

KARINA PEREZ GUIMARÃES

Doutora em Educação pela Unicamp. Docente e Coordenadora dos Cursos de Pedagogia e Psicopedagogia da Unifaimi/Mirassol-SP.

E-mail: pgkarina@hotmail.com

ELIANE GIACHETTO SARAVALI

Doutora em Educação pela Unicamp. Docente do Departamento de Psicologia da Educação da Unesp/Marília-SP.

E-mail: eliane.saravali@marilia.unesp.br

Artigo recebido em: 25/09/2006
Artigo para publicação em: 27/12/2006